

Governo age para barrar mudanças**PEC ELEITORAL****GOVERNO AGE PARA BARRAR MUDANÇAS****Meta é pagar auxílio de R\$ 600 este mês. Relator quer 'vale-Uber' e tirar 'estado de emergência'**

MANOEL VENTURA, FERNANDA TRISOTTO, NATÁLIA PORTINARI E BRUNO GÓES
economia@globo.com.br
 BRASIL

Para conseguir que a PEC Eleitoral surta efeitos rapidamente na popularidade do presidente Jair Bolsonaro, o governo atuou ontem para evitar que a proposta de emenda à Constituição seja alterada na Câmara. Em conversas com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e membros da base aliada, interlocutores do Executivo tentam garantir que o texto será preservado e que o pagamento dos auxílios comece ainda neste mês.

A operação do governo foi deflagrada depois que o deputado Danilo Forte (União-CE), relator da PEC, disse que pretende retirar a decretação do estado de emergência, desenhado para tentar blindar Bolsonaro, além de incluir auxílio para motoristas de aplicativo (uma espécie de 'vale-Uber'), ampliando ainda mais os gastos com a medida, que já chegam a R\$ 41,2 bilhões.

O objetivo do Palácio do Planalto é acelerar ao máximo a tramitação da PEC e votar a proposta amanhã. Isso permitiria ao governo começar a pagar os auxílios previstos com a proposta neste mês, em uma tentativa de garantir que Bolsonaro seja beneficiado eleitoralmente com a proposta. O projeto foi aprovado no Senado semana passada. Especialistas criticam a PEC por driblar lei eleitoral e regras fiscais.

— Queremos o texto do Senado — disse ao GLOBO o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que se reuniu com Lira e Forte.

OPOSIÇÃO QUER 20 DIAS

Mesmo votando a favor da PEC, a oposição vai preparar requerimento para pedir análise de 20 dias e adiar a votação para agosto, disse o líder do PT, Reginaldo Lopes (MG).

A PEC libera despesas fora do teto de gastos (que limita o crescimento das despesas públicas) para ampliar o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, dobrar o vale-gás, além de criar o "Pix Caminhoneiro" (de

R\$ 1 mil mensais) e auxílio para taxistas. Para autorizar esses gastos e driblar a lei eleitoral, ela institui um estado de emergência até dezembro. A lei das eleições proíbe a criação de auxílios no ano do pleito, a não ser em casos de emergência e calamidade. A PEC, então, foi

feita para driblar essa regra.

Uma mudança na Constituição só pode entrar em vigor se houver convergência dos textos aprovados na Câmara e no Senado. Nesse caso, é preciso mudar a Constituição para furar o teto de gastos, driblar outras regras fiscais e a legislação

eleitoral. É preciso o apoio mínimo de 308 parlamentares em votação em dois turnos.

Forte disse que quer ampliar o auxílio para taxistas (de até R\$ 2 bilhões) a motoristas de aplicativos e tirar o estado de emergência: — Estamos analisando como

regular o estado de emergência e podemos retirar as exceções, se tiver embasamento jurídico para dar conforto e segurança (para os gastos previstos na PEC).

Ministros e lideranças do governo entraram em campo para convencer a base aliada

a não fazer alterações, principalmente com relação ao estado de emergência, que busca blindar o presidente.

Em conversas ao longo do dia, interlocutores do governo disseram a deputados que, se houver atrasos, os benefícios podem começar a ser pagos só em agosto, o que pode ser tarde demais para a campanha de Bolsonaro, com dificuldades de crescer nas pesquisas, em que figura em segundo lugar.

No Planalto, as negociações sobre a PEC estão sendo conduzidas pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, em linha direta com Lira, que está alinhado com o governo. O ministro da Secretaria de Governo, Célio Faria Júnior, também participa.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que o ideal é que não haja mudanças e sugeriu que melhorias no texto sejam feitas depois, em tramitação separada:

— A melhor condição é que não tenha mudança. Mas pode ser que, a exemplo de várias legislações, sejam usados depois outros instrumentos para melhorar o tema.

TEMOR DO ESTRAGO FISCAL

O governo vê a PEC como fundamental para melhorar a popularidade de Bolsonaro. Por isso, quer que o dinheiro caia na conta de potenciais eleitores o mais rápido possível.

O temor do Planalto é que, sem estado de emergência, Bolsonaro corra o risco de ser condenado pela Justiça Eleitoral. No caso do benefício a motoristas de aplicativo, o argumento é que a medida seria muito ampla e de difícil controle — já que não há cadastro municipal dos profissionais, como no caso de taxistas.

Na área econômica, o temor é que o estrago fiscal seja ainda maior. Somente com a PEC e a redução a zero de impostos federais sobre a gasolina, os gastos somam R\$ 55 bilhões. Esse foi o limite dado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos bastidores. O valor não é por acaso: coincide com o total de recursos extras no caixa do governo neste ano.



Alinhado. Lira tem mantido linha direta com Ciro Nogueira sobre PEC



Risco para o governo. Relator quer modificar texto do Senado

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15